

"Discurso da doença, imaginário sanitário e desenvolvimento nas páginas do Jornal do Brasil: repensando a intervenção estatal no Vale do Jequitinhonha"
Artículo de André Luís Lopes Borges de Mattos y Ana Paula Azevedo Hemmi.
Andes, Antropología e Historia. Vol. 36, N° 2, Julio - Diciembre 2025, pp. 171-205 | ISSN N° 1668-8090

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL: REPENSANDO A INTERVENÇÃO ESTATAL NO VALE DO JEQUITINHONHA¹.

DISCURSO DE LA ENFERMEDAD, IMAGINARIO SANITARIO
Y DESARROLLO EN LAS PÁGINAS DEL JORNAL DO BRASIL:
REPENSANDO LAS PRÁCTICAS ESTATALES EN EL VALLE DEL
JEQUITIÑONA

DISCOURSE OF DESEASE, SANITARIST IMAGINARY AND
DEVELOPMENT IN THE PAGES OF JORNAL DO BRASIL:
RETHINKING STATE INTERVENTION IN THE JEQUITINHONHA
VALLEY

André Luís Lopes Borges de Mattos

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Curso de Políticas Públicas e Gestão Social. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Membro do Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Saúde Coletiva (NUPEESC)/ CNPq. aborges@ufvjm.edu.br.

Ana Paula Azevedo Hemmi

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS) / Departamento de Ciências Básicas (DCB). Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (SaSA). Líder do Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Saúde Coletiva (NUPEESC)/ CNPq. ana.hemmi@ufvjm.edu.br.

Fecha de recepción: 19/11/2024 - Fecha de aceptación: 30/10/2025

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no Panel Governmental policies and power practices: connections, margins and devices, do IUAES 2021 Yucatan Congress.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre o discurso da doença e a agenda desenvolvimentista implementada pelo Estado brasileiro no Vale do Jequitinhonha em meados do século XX. O Vale do Jequitinhonha costuma ser classificado como "Vale da Miséria" nas investigações académicas. No entanto, com base no projeto desenvolvimentista, parece haver uma lacuna na interpretação que relaciona o discurso da doença com as representações da pobreza na região. Este trabalho aborda a hipótese de que as narrativas sobre o Vale do Jequitinhonha produzidas a partir da década de 1960, e tal como são consideradas pela imprensa, mantêm vigente o imaginário sanitário do interior como símbolo do "Brasil doente". Foram analisadas notícias publicadas no Jornal do Brasil entre 1960 e 1979. Esses textos comprovam a relação entre os aspectos da doença e sua interpretação como sintoma de atraso econômico, validando a ideia de que se trata de um "problema público" e que, portanto, merece a intervenção do Estado.

Palavras-chave: Estado; Desenvolvimento; Doença; Política pública; Vale do Jequitinhonha.

Resumen

Este artículo tiene por finalidad analizar la relación entre el discurso de la enfermedad y la agenda desarrollista implementada por el Estado brasileño en el Valle del Jequitiñoña a mediados del siglo XX. El Valle del Jequitiñoña suele calificarse como "Valle de la Miseria" en las investigaciones académicas. Sin embargo, tomando como base el proyecto desarrollista, parece haber una laguna en la interpretación que relaciona el discurso de la enfermedad con las representaciones de la pobreza en la región. Este trabajo aborda la hipótesis de que las narrativas sobre el Valle del Jequitiñoña producidas a partir de los años de 1960, y tal como son consideradas por la prensa, mantienen vigente el imaginario sanitario del interior como símbolo del "Brasil enfermo". Se analizaron noticias publicadas en el Jornal do Brasil entre 1960 y 1979. Dichos textos prueban la relación entre los aspectos de la enfermedad y su interpretación como síntoma de atraso económico, convalidando la idea de que se trata de un "problema público", y que por lo tanto merece la intervención estatal.

Palabras clave: Estado; Desarrollo; Enfermedad; Política pública; Valle del Jequitiñoña.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

Abstract

In this work we will introduce brief notes about the relationship between the discourse of disease and the development agenda implemented by the Brazilian state in the Jequitinhonha Valley from the 1960s onwards. The Jequitinhonha Valley is referred as "Vale da Miséria" (Misery Valley), in most academic research. Nevertheless, considering the discourse of development, there seems to be a gap in the analysis regarding the role of the discourse of disease in the representation of poverty and economic backwardness in the region. This article intends to explore the hypothesis that the narratives about the Jequitinhonha Valley, as constructed by the press produced from the 1960s onwards, update the sanitarian imaginary of the countryside as a symbol of "Sick Brazil". The analysis is based on documentary research in news published by Jornal do Brasil from 1960 to 1979. The analyzed discourses demonstrates that illness is understood as a symptom of economic backwardness, helping to transform the region into the "public problem" that is the basis for state intervention.

Keywords: State; Development; Sanitarism; Public Policy; Jequitinhonha Valley.

Introdução

Neste trabalho faremos breves apontamentos sobre a relação entre o discurso da doença e a agenda desenvolvimentista implementada pelo Estado brasileiro no Vale do Jequitinhonha em meados do século XX. Discutiremos o tema a partir da análise de um conjunto de reportagens veiculadas pelo Jornal do Brasil, um dos mais influentes periódicos da época, que, por isso, contribuiu para dar visibilidade nacional a uma região do interior do país da qual pouco se sabia nos grandes centros urbanos.

Para além das notícias de imprensa, nas décadas de 1960 e 1970 houve no Brasil uma proliferação de narrativas sobre o Vale do Jequitinhonha que despertaram o interesse das elites estatais para um quadro de carência material e de estagnação econômica até então desconhecido pela maior parte da população brasileira. Surgia, assim, um novo “problema público nacional” e com ele planos de soluções que, na prática, propunham a inserção do Vale do Jequitinhonha no conjunto mais amplo das iniciativas desenvolvimentistas que caracterizaram a intervenção estatal em diferentes regiões do país.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

O marco da institucionalização desse processo foi a criação da Comissão do Desenvolvimento Econômico do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), na década de 1960, órgão formatado nos moldes de outras agências estatais brasileiras do mesmo período, destinadas a fomentar as políticas de desenvolvimento econômico e de superação do subdesenvolvimento. Parte das narrativas da época foi produzida pela CODEVALE na forma de estudos e diagnósticos, escritos com a participação de outras instituições de desenvolvimento, como a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), que, juntos, mapearam a região em suas dimensões geográfica, demográfica, histórica e sobretudo produtiva.

As conclusões dessas análises apontaram para uma questão central: as precárias condições de vida enfrentadas pela população local seriam o resultado da pobreza estrutural que cobria “todo” o Vale do Jequitinhonha. A ideia de um “Vale da Miséria”, amplamente repercutida por diferentes veículos de comunicação da época, representa uma fiel tradução do que se transformou em um cenário imaginado das condições de vida local cuja força, de certo modo, ainda se faz presente. Mas não apenas isso: naquele contexto, a ideia de pobreza, uma vez transformada em núcleo de um discurso hegemônico, garantiu as bases de um processo de categorização e, com efeito, de homogeneização da região (Servilha, 2015).

Essa forma de categorização constitui, portanto, um elemento importante para a compreensão do jogo de forças inerentes às práticas estatais e dos dispositivos de poder relacionados à legitimação do discurso do desenvolvimento regional. Neste texto, chamamos a atenção para dois aspectos do problema, intimamente ligados, que nos parecem fundamentais. Por um lado, tais práticas não seriam possíveis sem um forte movimento de sensibilização da opinião pública nacional. Por outro lado, a eficácia do discurso construído sobre a região do Vale do Jequitinhonha deveu-se em larga medida à mobilização de dois temas correlatos historicamente presentes no imaginário nacional, ambos relacionados aos dilemas de construção da nação, quais sejam: a pobreza² e a doença.

Paralelamente às narrativas oficiais encontradas nos diagnósticos realizados desde a década de 1960, próprios da racionalidade estatal, a imagem de um Vale

² O discurso da pobreza em reportagens jornalísticas foi abordado em Mattos (2018, 2021). As questões discutidas aqui, embora voltadas para o discurso da doença, retomam alguns argumentos apresentados nesses trabalhos e fazem parte, portanto, do mesmo conjunto de reflexões sobre as práticas estatais no Vale do Jequitinhonha. Uma pequena parte das mesmas reportagens foi objeto de análise de um Trabalho de Conclusão de Curso orientado por um dos autores (Cf. Amorim e Zemko, 2023).

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

do Jequitinhonha pobre e doente passou a ser amplamente veiculada em jornais, alguns de circulação abrangente³. A tragicidade do quadro apresentado era mesmo condizente com a realidade vivenciada por uma parcela nada desprezível da população regional. Contudo, a ênfase nos problemas que se tornaram uma marca distintiva da região, deve ser compreendida antes como parte de um complexo campo de ações e representações que se formou a partir da articulação entre interesses públicos e privados em torno da agenda do desenvolvimento⁴.

Do ponto de vista da produção de uma visão de mundo incorporada pelo pensamento estatal⁵, esse conjunto de representações atualiza uma dinâmica de poder cujas raízes históricas traduzem uma prática recorrente de intervenção do Estado em diferentes espaços do território brasileiro. No caso específico do Vale do Jequitinhonha, as narrativas sobre a realidade local produzidas no século XX e mesmo em anos mais recentes reorganizaram e deram novas expressões a um imaginário que já se encontrava em relatos de viajantes europeus que visitaram a região sobretudo a partir do século XIX (Mattos, 2021). Em linhas gerais, das descrições dos cronistas e naturalistas que passaram pelo então Arraial do Tijuco⁶ até as narrativas produzidas pelos diagnósticos e pela imprensa no século XX, o que se observa são retratos de uma “terra de contrastes”, delineada sob a ótica do subaproveitamento de recursos naturais abundantes (Mattos, 2021).

Esse tipo de interpretação facilitou o surgimento da imagem de uma sociedade em declínio, representada pela ideia genérica da “falta”, (Servilha, 2015; Zhouri e Oliveira, 2007), também presente nos relatos dos viajantes, mas

³Uma boa análise sintética sobre o conjunto de narrativas produzidas sobre o Vale do Jequitinhonha e o papel da imprensa encontra-se em Souza (2003). Para uma análise mais detalhada, vide Servilha (2015) e Leite (2015).

⁴ Esta afirmação traz implícita a ideia de que a imprensa representa os interesses da sociedade e, mais importante, no caso de jornais de grande circulação, das elites nacionais. Como afirma Goodwin Jr.: “*Estudar a atuação da imprensa em um momento específico, num dado recorte espaço-temporal, é estudar as relações de poder dentro de uma sociedade, que moldam a compreensão que esta sociedade tem de si, e do próprio momento em que vive. Abordar a imprensa como campo de estudo é, para além da história da técnica jornalística, uma história social: nelas estão presentes elementos do jogo de forças que atuam num momento histórico – com destaque para as elites que controlam a escrita e a produção do jornal e que pretendem ser as senhoras da memória e do presente, garantindo assim, o controle sobre o futuro*” (Goodwin Júnior, 2015, p. 104).

⁵ A perspectiva teórica adotada para tratamento da categoria “Estado” será apresentada adiante.

⁶ O Arraial do Tijuco, onde atualmente se encontra a cidade de Diamantina, no estado de Minas Gerais, fundado no início do século XVIII, foi uma das mais importantes regiões de extração de diamantes do período de dominação colonial portuguesa no Brasil.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

acionada com maior força nas narrativas posteriores elaboradas pelos autores dos citados diagnósticos, e, ao mesmo tempo, nas reportagens que descortinaram a realidade do Vale do Jequitinhonha para os grandes centros urbanos do país a partir da década de 1960. Somente a partir de então, pode-se dizer, as fronteiras geográficas locais tornaram-se efetivamente uma questão de Estado e o Vale do Jequitinhonha, um “objeto administrativo”, ou uma “região estatal”, homogeneizado sob o signo da carência material e da pobreza (Servilha, 2015).

Isso ajuda a entender a razão pela qual os projetos de desenvolvimento e as políticas públicas que se sucederam aos estudos estatais ganharam os contornos de práticas salvacionistas e redentoras. Em termos concretos, tratava-se de inserir o Vale do Jequitinhonha no circuito econômico nacional, por meio de obras de infraestrutura que facilitariam o deslocamento e o escoamento da produção – por exemplo, estradas e usinas geradoras de energia elétrica – e, paralelamente, pela criação de ações para otimização da exploração dos recursos naturais. Estes empreendimentos, particularmente, nem sempre benéficos para as comunidades locais e, por isso, representativos da ineficiência da CODEVALE, estão bem documentados e seus impactos foram analisados por diversos pesquisadores em um amplo conjunto de estudos.

Parte dessa bibliografia indica uma estreita relação entre pobreza e ausência de condições sanitárias. Essa relação se traduz, por exemplo, na falta de saneamento básico e na presença maciça de doenças infectocontagiosas, à época já conhecidas e, em alguns casos, controladas parcialmente em outras partes do Brasil (Fernandes *et al*, 2020). Porém, paradoxalmente, quando comparado à pobreza, o papel do discurso da doença no conjunto de representações sobre o Vale do Jequitinhonha e seus efeitos na construção de um projeto desenvolvimentista para a região não recebeu a devida atenção nessa mesma literatura especializada. Trata-se, portanto, de uma lacuna importante para cuja supressão pretendemos contribuir neste texto, com o objetivo de melhorar o entendimento do modo de reprodução das práticas estatais no interior do país.

Conforme discutiremos a seguir, no início do século XX, o discurso da doença passou a servir de base para um conjunto de representações que, no âmbito do movimento sanitarista, orientou os projetos de nação (Lima e Hochman, 1996; Lima, 2013; Ponte, s.d.). Sendo assim, sem descartar o extenso debate acerca das representações sobre a pobreza que deram legitimidade às políticas públicas de desenvolvimento, este texto pretende explorar também a hipótese de que as narrativas sobre o Vale do Jequitinhonha, tal como construídas pela imprensa a partir dos anos de 1960, em alguma medida, atualizaram o imaginário sanitarista do interior como símbolo do “Brasil doente”. E, ao fazê-lo,

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

ajudaram a formar um tipo de “repertório cultural” (Maia, 2012)⁷ que forneceria as bases para uma intervenção estatal de caráter desenvolvimentista⁸ na região, finalmente transformada em um problema público. Desta forma, o Vale do Jequitinhonha foi definitivamente inserido no conjunto mais amplo de discursos e de representações sobre o sertão (Servilha, 2015)⁹, tal como a categoria aparece no imaginário nacional e no pensamento de intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX.

Saúde, doença e Vale do Jequitinhonha no imaginário sobre o sertão

Comecemos com uma breve referência à metáfora do “Brasil doente”, atribuída ao médico sanitarista Miguel Pereira, utilizada por outros sanitaristas a partir do início do século XX como elemento mobilizador das práticas de intervenção do Estado no interior do país (Lima e Hochman, 1996). O mais importante aqui é entender o imaginário que começava a se formar e a dar sentidos distintos ao território brasileiro.

⁷ Registramos a relevância do trabalho de Maia (2012) sobre a atuação da Fundação Brasil Central (FBC) no Centro-Oeste brasileiro durante a década de 1940, cuja análise é em muitos aspectos semelhante à que apresentamos aqui. O autor argumenta que a ação do Estado não decorre apenas de atos e decretos oficiais, mas também de orientações advindas de um “repertório cultural”, formado a partir de textos literários, relatos de viagem e relatórios científicos, que orienta a conformação de um objeto de intervenção e controle estatais, a exemplo da atuação da FBC. Neste sentido, antecipando o que estamos propondo neste artigo, o imaginário sanitarista é evocado pelo autor para explicar um dos aspectos da idealização do Brasil Central como um território a ser incorporado ao “projeto civilizatório”. Como afirma Maia (2012, p. 127) “Se a linguagem geopolítica instituía um olhar do Estado sobre o espaço fundado na ação demíúrgica e na razão abstrata, essa linguagem científico-estatal conferia substância a esse espaço, povoando-o de ‘vaqueiros’, ‘doenças’ e ‘latifúndios’. Essa representação, fundada na percepção de um isolamento social e geográfico, lograria grande persistência nas ideias e nas instituições voltadas para a região”. Para outras semelhanças entre a abordagem de Maia (2012) e a política de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, vide Mattos (2021).

⁸ De uma perspectiva mais ampla, que não será explorada aqui, a questão remete ao debate entre o desenvolvimento econômico e a erradicação de doenças, promovido pelos representantes do “sanitarismo desenvolvimentista” (Campos, 2015).

⁹ Não obstante discutindo os discursos sobre a pobreza, Servilha (2015) chamou a atenção para a associação do imaginário sobre o Vale do Jequitinhonha ao sertão, no contexto de produção do “projeto modernizador de Minas Gerais” e de um território a ser controlado pelo Estado (Servilha, 2015, p. 43). Esse tema será retomado adiante.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Ao explorar a ideia dos “dois Brasis”, representados pelo imaginário sobre o “litoral” e o “sertão”, Lima (2013) demarcou um importante espaço de discussão acerca do papel de intelectuais na conformação de diferentes “matrizes de interpretação” sobre o Brasil, relacionadas à busca por uma identidade brasileira. Na tentativa de dar uma explicação da complexa realidade brasileira, “sertão” e “litoral” surgem como símbolos de ordens sociais opostas que se situam em tempos históricos distintos, mas coetâneos, relativos ao “atraso” e à “modernidade”, conforme o dualismo marcante do pensamento social no Brasil. Ou seja, um *“contraste [que] ocorreria não entre formas distintas e historicamente sucessivas, mas pela justaposição de épocas históricas, numa sociedade em que, como acentuou Roger Bastide (1978), a geografia não se separa da história”* (Lima, 2013, p. 62).

Em termos históricos, essa percepção sobre o Brasil expressa o resultado de uma mudança ocorrida no período da República. Se, antes, o indivíduo era o substrato das preocupações da intelectualidade brasileira, após a queda do Império tornam-se relevantes os aspectos coletivos da sociedade. Ou seja, abandona-se uma *“concepção centrada no protagonismo de atores individuais em favor de uma concepção mais abstrata e geral dos fenômenos coletivos”* (Lima, 2013, p. 68). Com isso, abre-se caminho para uma nova forma de pensar a formação do país que reafirma a ideia de “dois Brasis” como “duas ‘potencialidades do país’”, na concepção de Wanderlei Guilherme dos Santos, citado pela autora (Lima, 2013 p. 69), concretizada principalmente no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e posteriormente em *“escritores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Gilberto Amado, cuja característica teórica é a percepção de contrastes, oposições e polarizações na sociedade brasileira (p. 45)”* (Lima, 2013, p. 69).

Essa geração de intelectuais ensaístas que atuaram até 1930 notabilizou-se por incluir no debate sobre a formação nacional o protagonismo do Estado e a necessidade de uma reforma das instituições estatais. Todavia, e ainda estamos com Lima (2013, p. 72), a essa característica soma-se uma nova e menos discutida modalidade de interpretação do país a partir da ideia de um “Brasil real”. À questão do Estado nacional foi acrescentado o imperativo de conhecer a realidade da população brasileira, algo imprescindível, segundo esses autores, para responder à seguinte pergunta central:

com que povo afirmar a constituição do Brasil? Essa indagação está na base da visão dicotômica da sociedade brasileira – cindida entre uma civilização do litoral e uma civilização do interior – e na proposta de empreender o conhecimento objetivo da realidade social (Lima, 2013, p. 73).

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

A referência às questões enfrentadas pela intelectualidade brasileira das primeiras décadas do século XX é para nós importante porque é no âmbito daquele debate sobre a formação do Brasil que o pensamento sanitário iria dar novo significado às condições de vida das populações rurais, e sobretudo do sertão, a partir das representações sobre a doença. Diante disso, interessa-nos pensar os discursos sobre a doença no Vale do Jequitinhonha partindo da hipótese de que o imaginário sanitário, na condição de um conhecimento sobre o país, enraizou-se na opinião pública dos centros urbanos hegemônicos, transformando-se, por isso, em um tipo de ideia força capaz de mobilizar o imaginário coletivo, mesmo décadas depois, e, desta forma, legitimar-se com um pensamento estatal que encontrou ressonância em uma política de desenvolvimento regional.

Sobre esta questão, alguns pontos adicionais merecem destaque. O primeiro é o foco dado pelo pensamento médico e higienista do início do século XX à condição de vida das populações interioranas, cujos problemas passaram a ser encarados em sua condição de transitoriedade. Ao contrário das limitações impostas ao progresso do país por sua condição racial e climática, expressões dos determinismos que, aos olhos da inteligência da época, condenava o Brasil ao atraso, a possibilidade de “cura” das populações do campo injetou uma boa dose de ânimo naqueles que passaram a acreditar na possibilidade de “redenção” da nação (Lima e Hochman, 1996). Conforme se verá nas reportagens analisadas adiante, isso tem evidente analogia com o otimismo das elites estatais quanto à possibilidade de rápida transformação do Vale do Jequitinhonha.

É nesse sentido que se torna imprescindível considerar o papel das elites estatais e intelectuais na ampliação da intervenção estatal no território brasileiro, tendo como pano de fundo a construção de uma política nacional de Saúde Pública no período da Primeira República. Discutindo a questão, Hochmann (2012) busca entender a construção de uma “*consciência de interdependência*” das elites brasileiras a partir das doenças que passaram a acometer os grandes centros urbanos então nascentes, sobretudo aquelas de caráter epidêmico. O pano de fundo da análise de Hochmann é a teoria das configurações sociais de Norbert Elias e os processos de coletivização da saúde e construção do Estado discutidos por Abraham De Swann. Para este último, a coletivização da saúde e sua transformação em um bem público seria a consequência de uma ampliação das “*cadeias de interdependência*” que tornavam inviáveis o enfretamento individual e voluntário dos problemas sanitários, como se observava até aquele momento. A solução torna-se, então, a criação de um aparato de administração pública centralizado.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Hochmann (2012) recusa o determinismo histórico que ele percebe no modelo formal de De Swann, opondo-se principalmente à ideia da estatização como a “única solução” dos problemas de saúde. Desta forma, sua análise é direcionada para os arranjos institucionais que levaram à centralização da ação estatal no Brasil como solução dos problemas de saúde *pública*. É exatamente aí que podemos perceber a centralidade do papel das elites intelectuais e políticas na redefinição dos espaços de atuação do Estado. Ou melhor, a forma como o imaginário sanitário foi acomodado no quadro mais amplo de interesses dessas elites e operacionalizado em uma nova forma de intervenção estatal sobre o território brasileiro. Em suma, nos termos de Hochmann (2012), a política de Saúde Pública no país tornou-se possível

a partir do encontro da consciência das elites com seus interesses, e suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central, tendo o federalismo como moldura político-institucional (Hochmann, 2012, p. 17).

Na prática, o que ocorre é articulação entre poderes públicos locais e nacionais para ampliação do domínio estatal sobre o território brasileiro, a partir do reconhecimento, pela sociedade nacional, “dos problemas sanitários como problemas de interdependência” (Hochmann, 2012, p. 61). E, nisso, o imaginário do movimento sanitário sobre o “sertão”, que trazia implícito um conjunto de oposições entre urbano e rural, mas também a ideia de um espaço marcado ao mesmo tempo “pela ausência do poder público e onipresença das doenças que pegam” (Hochmann, 2012, p. 17 – ênfase original), teve um papel determinante.

Não por acaso, foi precisamente a opinião pública a arena escolhida pela liga de saneamento rural para a conscientização das elites políticas acerca do perigo representado pelo não tão longe espaço do sertão. Pois era necessário um amplo movimento de sensibilização nacional capaz de impulsionar ações de efetivo controle de um problema que escapava às determinações geográficas – e, portanto, às determinações de classe e de posição social. Daí o conhecido alerta do médico Afrânio Peixoto, que, ao referir-se a uma das principais ruas do Rio de Janeiro, lembrava que “os sertões do Brasil começavam na avenida Central. Tão perto, ainda que tão longe” (Hochmann, 2012, p. 17). Ele expressava assim um imaginário com fortes implicações políticas, evocando um tipo de sertão que, para aqueles que faziam parte da campanha pelo saneamento do Brasil,

era mais uma categoria social e política do que geográfica. Sua localização espacial dependeria da existência do binômio abandono e doença. Na verdade, os sertões do Brasil não estariam tão longe assim daqueles a quem se demandavam medidas de saneamento, nem seriam apenas uma referência simbólica ou geográfica do interior do país. Na instigante percepção de Afrânio Peixoto, os ‘sertões do Brasil’ começavam no fim da avenida Central (Rio Branco) (Hochmann, 2012, p. 69-70 – ênfase original).

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

As considerações sobre o processo de construção da saúde como problema público no Brasil, atrelado ao imaginário do interior doente, são fundamentais para entender como a expansão do aparato estatal no Vale do Jequitinhonha acabou se tornando central nos discursos produzidos nas décadas de 1960 e 1970. Todavia, nos parece fundamental relembrar um segundo ponto, que se refere à forma pela qual as propostas de intervenção estatal na região encontraram lastro em um imaginário coletivo consolidado em um período ainda mais antigo, ao qual foram agregados novos elementos oriundos da pauta do desenvolvimentismo.

Do ponto de vista das práticas estatais, um dos elementos centrais do processo que antecede a efetiva implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha foi o mapeamento dos recursos econômicos disponíveis para exploração e dos problemas locais. A pobreza é sem dúvida o seu aspecto mais evidente, como se percebe nos inúmeros diagnósticos oficiais produzidos a partir da década de 1950 (Servilha, 2015). Mas, como já mencionado, nada disso seria possível sem uma longa tradição anterior de pensamento, forjada por observadores locais, sobretudo viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil principalmente no século XIX. Neste sentido, aqui também podemos perceber a centralidade da *viagem*, que de acordo com Lima (2013) foi um elemento definidor de território e de um conhecimento sobre o *Brasil real*, tal como citado anteriormente.

Portanto, a realidade dessa parcela do território brasileiro não era de fato desconhecida. Muito pelo contrário, as narrativas estatais sobre o Vale do Jequitinhonha produzidas a partir de meados do século XX, na medida em que tornavam conhecida a região, atualizavam uma outra modalidade de narrativas anteriores, realizadas a partir de uma observação *in loco*, embora a partir de outros paradigmas, diretamente ligados aos interesses coloniais (Mattos, 2021)¹⁰. Em suma, trata-se de narrativas realizadas em consonância com a visão de elites locais e nacionais, que, não obstante, resgatam um saber colonial pertinente a todo o país, reproduzido em um novo contexto desenvolvimentista, cujos parâmetros eram dados – e isso é importante – por um governo autoritário.

Consequentemente, para além do quadro histórico pertinente à construção de um saber oficial ancorado no imaginário sanitário – e, paralelamente, nas

¹⁰ É neste sentido que Pacheco de Oliveira (1987) percebe a relação direta entre interesses coloniais, expressos no pensamento de cronistas estrangeiros, e a delimitação de uma “área geográfica” detentora de recursos naturais exploráveis. Servilha (2015) tece argumentos semelhantes ao analisar a influência do discurso geográfico na produção de diagnósticos estatais produzidos no século XX sobre a realidade do Vale do Jequitinhonha.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

representações de viajantes -, tanto o saber produzido pelas narrativas de Estado, quanto as imagens veiculadas pelas reportagens de imprensa analisadas a seguir, devem ser compreendidos dentro do espectro mais amplo da agenda desenvolvimentista imposta pela política ultraconservadora do regime ditatorial brasileiro que tomou o poder em 1964. De uma maneira geral, o regime autoritário naquele momento buscava atender à dominação classista por meio de um tipo de desenvolvimento acelerado que no final das contas revelava a acentuação das condições de dependência (Fernandes, 2010). A reprodução da análise detalhada desse período, realizada, entre outros, por Florestan Fernandes, ultrapassa os limites deste artigo¹¹. Todavia, para o que nos interessa é suficiente assinalar que esse quadro de dependência gerado pelas pressões de uma modernização impostas a partir de fora, sobretudo com a hegemonia exercida pelos Estados Unidos da América (EUA) e outras nações capitalistas, requeriam, nas palavras do sociólogo, “mudanças rápidas e complexas” de caráter econômico, social e cultural (Fernandes, 2010, p. 52).

Não podemos descartar a ideia, que sem dúvida merece maiores mediações, de que as propostas de desenvolvimento que surgiram como alternativas à vulnerabilidade e ao atraso do Vale do Jequitinhonha, cumpriram esse papel, ainda que a atuação das elites locais tenha sido um fator preponderante¹². Em muitos aspectos esses projetos iam ao encontro dos anseios de grupos detentores da hegemonia local que envidaram todos os esforços na articulação com as elites estatais para impor uma proposta de aceleração modernizadora mascarada pela ideia de redenção do Vale do Jequitinhonha¹³. Como se verá a seguir, tal proposta

¹¹ Sobre isso, vide Mattos e Foltram (2017), p. 19-21.

¹² Analisando aspectos da reprodução camponesa, Leite (2015) inaugura uma perspectiva bastante crítica sobre o que seria um reducionismo das análises acadêmicas sobre o Vale do Jequitinhonha, quando comparadas com as reportagens que passaram a mostrar as transformações ocorridas na região, decorrentes da entrada de empresas e da intervenção estatal. Os textos acadêmicos analisados pela autora, embora tenham aprofundado a complexidade daquelas transformações e da própria região, rejeitando tomar pelo todo processos localizados, mostraram-se redutores quanto à diferença de seus impactos, sobretudo no que se refere a temas situados fora de um quadro interpretativo que busca abranger os problemas decorrentes de um processo que, a partir dos anos de 1960, reincorporou a região de forma subordinada no processo econômico nacional. Desta forma, criou-se um paradigma explicativo que inverteu a ideia do “isolamento”, voltando o Vale do Jequitinhonha “para fora”. Assim a autora se propõe a criticar a visão de que o Estado e a territorialização do capital teriam sido gestados “*fora do Vale do Jequitinhonha, de onde chegariam para modernizá-lo*” (Leite, 2015, p. 391).

¹³ Para uma discussão mais aprofundada sobre o papel das elites locais do Vale do Jequitinhonha no período assinalado aqui, vide Leite (2015).

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

tornaria ainda mais evidente o reconhecimento da necessidade de expansão do aparato burocrático e de instituições ligadas à própria racionalidade de Estado.

Porém, antes de passar à discussão das reportagens, gostaríamos de fazer breves comentários sobre três pontos relativos à perspectiva teórica adotada na análise que se segue.

Primeiro, nossa abordagem da atuação estatal será realizada dentro de um quadro teórico cujos pressupostos estão alinhados aos estudos de “antropologia do Estado”. Uma vez privilegiando a perspectiva etnográfica, a maior parte desses estudos questiona o Estado como realidade *a priori* ou como um *ente*. Isso nos aproxima de uma perspectiva que vê o Estado e as práticas estatais como um conjunto de relações que ocorre em níveis diferenciados (Souza Lima e Castro, 2021). E, ao mesmo tempo, nos permite recusar como dadas prerrogativas formais do Estado, comuns em abordagens institucionalistas. Portanto, neste artigo, não se trata de se debruçar sobre “o” Estado e sim sobre os fluxos e processos pelos quais se faz o Estado e a partir dos quais são reproduzidas relações de poder.¹⁴

Segundo ponto: a visão estatal construída sobre a região, sobretudo em documentos oficiais e nas reportagens analisadas, expressa a lógica de funcionamento própria do Estado, identificada por James Scott (1998), que, não obstante as particularidades do processo histórico descrito acima, transcende os agenciamentos das elites locais e nacionais, embora as beneficiem. Para resumir a questão, é inerente ao funcionamento da máquina estatal a função de dar “inteligibilidade” ao mundo concreto, o que implica na redução dessa mesma realidade em termos de uma “racionalidade” que é própria do Estado. Scott (1998) fala de “*simplificações de Estado*” (*state simplification*) para afirmar o tipo de abstração promovida pelos Estados modernos, que os transformam em mecanismos de controle alheios às lógicas e formas de pensamento locais, em benefício de uma elite dominante¹⁵. Em suma, “*in order for officials to be able to*

¹⁴ Entre as muitas reflexões que influenciaram a perspectiva teórica aqui adotada, vale salientar a distinção entre “Estado-ideia” e “Estado-sistema”, proposta por Philip Abrams (1977), que ainda é, sem dúvida, um marco teórico de referência para estudos que resistem à reificação do Estado como objeto. No que se refere à tentativa de conformar os parâmetros de uma antropologia do Estado, destacamos a coletânea organizada por Sharma e Gupta (2006). Já sobre esse campo de estudos no Brasil, um panorama consistente encontra-se na coletânea organizada por Antônio Carlos de Souza Lima e Caio Gonçalves Dias (Souza Lima e Dias, 2021). Vide também Mattos (2018, 2020, 2021).

¹⁵ Principalmente em contextos coloniais (Cf. Scott, 1998, p. 47-52).

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

comprehend aspects of the ensemble, that complex reality must be reduced to schematic categories" (Scott, 1998, p. 77)¹⁶.

O terceiro comentário, que complementa o anterior, refere-se à categoria "desenvolvimento", entendida aqui como uma "estrutura de conhecimento" (*structure of knowledge*), na definição de Ferguson (2017), com parâmetros próprios, fortemente ligado às práticas estatais, embora não reduutíveis a ela. Para Ferguson (2017), trata-se de um tipo de denominador comum que, tal como a ideia de "civilização" no século XIX, permite aglutinar em uma só categoria realidades diferentes. Em outras palavras, um "*conceito organizador*" a partir do qual são engendradas as práticas desenvolvimentistas.

Voltaremos a esse ponto no final da análise das narrativas de imprensa sobre o Vale do Jequitinhonha. Por ora, quanto às implicações do marco teórico proposto por Ferguson (2017), queremos apenas assinalar que o desenvolvimento deve ser pensado, tanto em sua dimensão de aparato técnico de dominação, quanto na forma de um conjunto de práticas e representações, como um fenômeno que tem sua gênese histórica na segunda metade do século XX, especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Rist, 2008). Trata-se, portanto, de um paradigma datado, como tal amplamente difundido na América Latina a partir da década de 1940 no contexto da "*descoberta da pobreza*" (Escobar, 1997)¹⁷. Além disso, o desenvolvimento está intrinsecamente ligado a formas específicas de poder estatal. Para compreendê-las, é preciso ter em mente que qualquer análise sobre iniciativas de caráter desenvolvimentista e os discursos que as legitimam deve situar as políticas públicas de desenvolvimento em um contexto maior – quase nunca anunciado – dos mecanismos de expansão e controle da burocracia estatal (Ferguson, 2017) e, no limite, da dominação ideológica e econômica do ocidente sobre o "*terceiro mundo*"¹⁸.

¹⁶ Tal pode ser a explicação para a redução do Vale do Jequitinhonha à condição de pobreza, identificada por diferentes autores.

¹⁷ Diretamente associado à "*descoberta da pobreza*" no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento, segundo Escobar (1997), pressupõe uma ideologia de alteridade que, no caso da América Latina, a partir de 1945 traduz-se como a idealização de um outro, sobre o qual é projetada uma realidade negativa, medida pela ausência e pela necessidade de "*salvação*" (Escobar, 1997, pp. 60-61).

¹⁸ A relação entre os discursos sobre a doença e o desenvolvimentismo no Brasil parece ter semelhança com outros contextos latino-americanos. Por exemplo, ao falar do desenvolvimento econômico na Colômbia, Escobar (1997) lembra o sentimento de "ameaça" das classes populares que levou ao aumento do intervencionismo de Estado no país, apesar do liberalismo econômico. Assim, a crença de que o "*progresso social*" só viria pelo incremento da produção econômica

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

Essas considerações são suficientes para o que se segue. Passemos, então, a uma breve análise de algumas reportagens que ajudaram a formatar em um quadro de representação mais amplo as condições sanitárias de saúde da população do Vale do Jequitinhonha nas décadas de 1960 e 1970.

Notas sobre o discurso da doença no Vale do Jequitinhonha em notícias de imprensa

Para a escrita do texto, foram realizadas leituras e análise de notícias veiculadas no Jornal do Brasil - Rio de Janeiro (RJ), disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com base de busca na expressão “Vale do Jequitinhonha”, considerando o período entre 1960 e 1979¹⁹. Os primeiros registros de notícias relacionadas ao Vale do Jequitinhonha ocorrem a partir de 1963²⁰. De uma maneira geral, nessas reportagens são reiterados problemas relativos à seca e às consequências de condições climáticas desfavoráveis, próprias da região, como a morte de rebanhos bovinos²¹, com base nos quais são elaboradas as justificativas de intervenção estatal. Nos primeiros anos da década de 1960, os problemas relacionados às doenças aparecem apenas pontualmente, diluídos em

revelou-se um tipo de “*consciencia [que] coincidió con la medicalización de la mirada política, hasta el punto que las clases populares comenzaron a ser percibidas no en términos raciales como antes, sino como masas de enfermos, malnutridos, incultos y fisiológicamente débiles, requiriendo con ello acción social sin precedentes* (Pécault, 1987: 273-352)” (Escobar, 1997, p. 62).

¹⁹ A relevância do Jornal do Brasil para o jornalismo brasileiro é apontada em vários trabalhos. Um bom resumo da história e do papel do jornal na “grande imprensa brasileira” encontra-se em Brasil (2015). Sobre a trajetória desse veículo de comunicação particularmente na década de 1960 e sua atuação nos primeiros anos da ditadura militar brasileira, vide Chammam (2012).

²⁰ Na pesquisa pela expressão de busca “Vale do Jequitinhonha” no acervo do Jornal do Brasil, a partir de 1900, a primeira ocorrência é de 1941, em uma breve reportagem intitulada “Riqueza Mineral”, relativa à existência de cristais e rocha e quartzo em várias regiões do Brasil. Apenas a partir de 1960, o termo ressurge conforme o número de ocorrências por período, como se segue: 1960 a 1969 - 96 ocorrências; 1970 a 1979 - 351 ocorrências. O maior número de ocorrências (484) é de 1980 a 1989. Todavia, por se tratar de um momento diferenciado na história da Saúde Pública no Brasil, marcado pela Reforma Sanitária Brasileira (RSB), já no contexto da redemocratização, o período merece uma análise mais aprofundada que, por limitação de espaço, não será realizada aqui.

²¹ Sobre o diagnóstico elaborado para a solução da crise bovina, nos parâmetros desenvolvimentistas, e sua importância para a delimitação geográfica do Vale do Jequitinhonha e para a criação da CODEVALE, vide Servilha (2015).

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

informações mais genéricas sobre educação, meio ambiente, saneamento básico, transporte, segurança pública e comunicação.

Somente em 1967 inaugura-se um conjunto mais relevante de notícias que buscam, a partir do discurso da doença, dar concretude às condições de atraso e pobreza da região, como se vê, por exemplo, no título da reportagem: “*Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha*”. O texto é enfático ao afirmar, segundo dados do superintendente da CODEVALE, que

Sessenta por cento da população do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas, estão condenados a morrer antes dos 30 anos, atacados pelo mal de Chagas, esquistossomose e várias outras doenças, sem contar as 80 mil famílias que estão passando fome, segundo informou ontem o Superintendente da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE – Sr. Fidélino Viana. Disse ainda que “os surtos de doenças endêmicas, principalmente esquistossomose que ataca 98% da população do Vale e o mal de Chagas são acontecimentos de toda hora e ocorrem em toda a extensão do Jequitinhonha (...)"²².

Nesta matéria a situação geral do Vale do Jequitinhonha é descrita em termos da ausência de acesso a outras regiões do país, de comunicação, de condições sanitárias e da baixa produtividade no cultivo da terra, o que reforça sua condição de carência e de isolamento, já identificada por outros autores. Os dois trechos a seguir não deixam dúvida: a vida é uma sentença de morte e a doença o maior obstáculo.

Uma população de 715 mil pessoas, numa área de 71 552 km² voltada às atividades primárias da lavoura e pecuária e ao artesanato, conhece o perigo de viver no Vale e as que não saem dêle em tempo, ou seja, antes dos trinta anos de idade, arriscam-se, segundo uma pesquisa que os técnicos da CODEVALE fizeram nos 52 municípios da região, a “morrer cantando ou dormindo, como um passarinho”.

Para a CODEVALE, o principal problema a ser enfrentado na primeira tentativa brasileira de recuperação de bacia fluvial é o do homem que ninguém sabe como, sobrevive a uma luta desigual contra três gigantes: o Rio Jequitinhonha o solo árido e a fome, mas não suporta a peste.²³

O problema é ainda retratado como decorrente de uma estrutura deficitária, sobretudo no que se refere à carência de médicos, dentistas, farmacêuticos, e

²² Jornal do Brasil - RJ, Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha, 1967 - grifos nossos.

²³ Jornal do Brasil - RJ, Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha, 1967 - grifos nossos.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

ainda pela ausência de saneamento básico, razão pela qual “*O matuto do Vale Jequitinhonha (...) continua lavando seu corpo com esquistossoma, recolhido nas fossas que existem em mais de dois terços dos vilarejos e das cidades*”²⁴.

Durante a década de 1960, as reportagens se concentram também na divulgação das ações empreendidas pelo Projeto Rondon²⁵, destacando-se a importância da presença de universitários de áreas do conhecimento, como educação, saúde dentre outras, cujo trabalho junto ao “*homem do Vale do Jequitinhonha*” buscava

*despertá-lo para uma valorização própria, por meio de lições sobre educação, saúde e trabalhos técnicos, contando para isto com a participação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e das autoridades dos municípios visitados.*²⁶

No ano seguinte, em 1969, vamos encontrar mais referências sobre “*a péssima situação econômica e de saúde no Vale do Jequitinhonha*”, conforme se lê no título de outra reportagem que trata do mesmo Projeto Rondon. A situação era a seguinte:

*Crianças de 12 anos andam armadas de revólveres e punhais; há desvios de verbas nas prefeituras; populações inteiras estão atacadas de verminose; não há médicos nem hospitais; as autoridades locais reagiram contra o programa assistencial.*²⁷

A sensação inicial, como era de se esperar, pode ser traduzida pelo espanto dos jovens estudantes da época:

*Rapazes e môças de roupas coloridas voltaram a Minas, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Após 20 dias no interior mineiro, onde fizeram extrações dentárias, distribuição de remédios, consultas médicas e um completo levantamento sócio-econômico. Os dados coletados deixaram os estudantes alarmados. Cidades inteiras sem médicos, hospitais, escola e elevados índices de criminalidade ante a inoperância e mesmo complacência das autoridades policiais.*²⁸

²⁴ Jornal do Brasil – RJ, Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha, 1967 - grifos nossos

²⁵ Sobre o papel do Projeto Rondon na conformação de um imaginário colonial sobre o Vale do Jequitinhonha, vide Servilha (2015).

²⁶ Jornal do Brasil – RJ, Mineiros se integram ao Rondon-III, 1968a.

²⁷ Jornal do Brasil – RJ Rondon IV relata a péssima situação sócio-econômica e de saúde do Vale do Jequitinhonha, 1969a - grifos nossos.

²⁸ Jornal do Brasil – RJ Rondon IV relata a péssima situação sócio-econômica e de saúde do Vale do Jequitinhonha, 1969a - grifos nossos.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Esses trechos de reportagem sintetizam alguns dos principais aspectos do imaginário sobre um Vale do Jequitinhonha “doente” e apontam para uma série argumentos encontrados em reportagens posteriores, principalmente entre 1969 e 1979 – período com maior número de referências relacionadas ao objeto que estamos discutindo – que chamam a atenção para a necessidade de intervenção estatal por meio da expansão de instituições relativas à saúde, à educação e a outros setores. É sobre elas, portanto, que devemos nos debruçar com mais atenção.

Algumas notícias disseminam o contraste de uma região pobre, miserável, medieval e colonial, não obstante detentora de riquezas minerais e naturais. Já outras apontam para deficiências do poder político local, igualmente responsável pelo atraso regional. Em todos os casos, a realidade, na ótica de quem a descreve, justifica a necessidade de interferência do Estado por meio de ações capazes de promover um impacto econômico mais imediato. Entre elas, a construção de estradas e hidrelétricas ou a implantação de monocultura de eucalipto. Mas não apenas. As estratégias de expansão do aparato estatal na região revelavam também o desejo de transformar hábitos e mentalidades. Não era outro o objetivo subjacente às propostas de criação de instituições universitárias e médicas.

A título de exemplo, em 1969, uma reportagem sobre o “*Vale da Miséria*”, conforme se vê na chamada de capa²⁹, reforça o “quadro trágico” onde predomina o Mal de Chagas. Na mesma edição do jornal, a reportagem completa é apresentada com o sugestivo título: “*Fome e doença matam milhões [sic] no rico vale do Jequitinhonha*”³⁰. O “quadro trágico” da chamada de capa é então relacionado a um “*incrível quadro sanitário*”, nos termos do médico Sete de Barros, de uma população de “*quase um milhão de habitantes [que] contam com apenas 56 médicos*” ou de “*32 municípios, com uma população aproximada de 400 mil habitantes, [nos quais] não existe sequer um só leito hospitalar*”. Mas a ausência de estrutura médico-hospitalar torna-se um problema ainda maior diante da incapacidade da população, marcada pelo atraso e pela ignorância das comunidades da região. Uma delas, referida da seguinte forma: “*Ninguém se admire, portanto – frisa élé –, que o povo de Mumbuca, um distrito da cidade de Jequitinhonha, continue achando até hoje que a urina do padre vigário seja remédio para todos os males*”. Não havia, portanto, outra saída para população regional, a não ser integrar-se. A mesma população cuja “*ligação com o mundo*” resume-se ao “*rádio de pilha [que] já chegou ao vale onde 73% da população estão condenadas à morte*”³¹.

²⁹ Jornal do Brasil – RJ, Vale da Miséria, 1969b.

³⁰ Jornal do Brasil – RJ, Fome e doença matam milhões no rico vale do Jequitinhonha, 1969c.

³¹ Jornal do Brasil – RJ, Fome e doença matam milhões no rico vale do Jequitinhonha, 1969c.

ANDRÉ LUIS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

Nas reportagens publicadas no período em questão ficam bastante visíveis as formas de articulação entre o discurso da doença, os projetos de desenvolvimento econômico e a proposta de intervenção estatal. Em linhas gerais, essas reportagens fazem referências a uma dura realidade que deve ser superada. Essa ideia aparece associada ora à superação “*das mais absurdas das misérias*”, obstaculizada pelas lideranças políticas locais, ora à expectativa de uma mudança de mentalidade que levaria à população a reconhecer as próprias potencialidades e, assim, promover o próprio desenvolvimento. Vejamos:

(...) *em Almenara 90% da população tem esquistossomose e em Leliveldia o padre holandês, conhecido por doutor Willy, pede um médico que ‘ame o Brasil’ para a cidade.* (...) Segundo o coordenador do Projeto [Rondon] em Minas, estudante de Sociologia Pedro Machado, a maioria dos problemas do Vale do Jequitinhonha, ‘que vive na mais absurda das misérias’, fica eternamente à espera de uma solução, por causa da resistência das lideranças políticas locais.³²

O Vale do Jequitinhonha foi o escolhido para ser a sede do campus avançado da UFMG por não haver ainda naquela região mineira condições mínimas para sobrevivência. (...) A missão da UFMG será levar ao vale do Jequitinhonha pessoal de nível superior destinado a criar uma mentalidade capaz de fazer com que a população local promova, dentro de suas possibilidades e potencialidades, o seu desenvolvimento.³³

A doença, por sua vez, é retratada como impedimento para o desenvolvimento, o que justifica ampliar a questão para as esferas mais amplas do governo de Minas Gerais e à presidência da República, como no trecho a seguir:

Os prefeitos dos 52 municípios mineiros do Vale do Jequitinhonha – uma das mais pobres regiões da América Latina – estarão reunidos de amanhã ao dia 23, para debater o problema da erradicação da doença de Chagas e da esquistossomose. (...) das visitas que os 52 prefeitos pretendem fazer ao Governador de Minas e ao Presidente da República para expor os obstáculos que impedem o desenvolvimento da região, apesar de sua enorme potencialidade econômica.³⁴

³² Jornal do Brasil – RJ, Minas Gerais, 1969d - grifos nossos.

³³ Jornal do Brasil – RJ, UFMG quer ‘campus’ em Jequitinhonha, 1969e - grifos nossos.

³⁴ Jornal do Brasil – RJ, Doença reúne prefeitos do Jequitinhonha, 1969f - grifos nossos.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Mas é no trecho de uma reportagem de 1971 que a mesma realidade é abertamente associada a um passado cujo sentido se revela na menção à “estrutura medieval” das relações políticas do Vale do Jequitinhonha, que estaria na raiz dos problemas de subaproveitamento de recursos e do altíssimo índice de mortalidade infantil. Na referida reportagem se percebe que, a despeito da riqueza e das potencialidades locais, o destino da região seria transformar-se em uma “área problema”, caso não fossem tomadas “providências imediatas”, considerando sobretudo o descompasso com o tempo de “conquistas espaciais”, conforme o prognóstico do Deputado Federal pela Arena (MG), José Machado Sobrinho. Nas palavras exatas do jornal:

O vale do Jequitinhonha vai transformar-se, inevitavelmente, em uma área problema, se não forem adotadas providências imediatas, afirmou ontem o Deputado federal José Machado Sobrinho (Arena MG).

- O atraso naquela região mineira é difícil de ser imaginado neste século de conquistas espaciais. Lá, a mortalidade infantil escapa aos quadros estatísticos, pois morrem 587 entre mil crianças com menos de um ano de idade – acrescentou o parlamentar. (...) O Sr. José Machado Sobrinho disse que no vale do Jequitinhonha ainda prevalece uma estrutura medieval. A região tem 100 mil quilômetros quadrados, o desemprêgo é quase generalizado, não existem indústrias de transformação – por falta de energia – estradas e outros meios de comunicação. As cidades, dominadas por oligarquias regionais, são submetidas a estruturas do período colonial.

- Tudo isso ocorre numa região cujo solo tem incalculáveis riquezas e cujas pastagens alimentam um dos maiores rebanhos do mundo. Jequitinhonha é a terra dos contrastes: uma das mais ricas regiões do Estado, em recursos econômicos, e ao mesmo tempo uma das mais pobres em desenvolvimento – disse o Deputado da Arena”.³⁵

Assim, a ideia de temporalidades coetâneas reafirma a evocação do “tempo” da “peste”, de uma reportagem de 1967 citada anteriormente. Todavia, ela é agora relacionada diretamente à falta de pessoal qualificado – médicos, dentistas e farmacêuticos –, ao isolamento da região e à falta de indústrias de transformação, que caracterizam a “terra dos contrastes”, rica economicamente, embora “uma das mais pobres em desenvolvimento”, nos termos do deputado Machado Sobrinho.

Destacamos que, desde 1968, o Jornal do Brasil já sinalizava para a necessidade de futuras intervenções na região, tal como a proposta aparece na matéria intitulada “Montes Claros formará médicos para cuidar da própria região”, cujas imagens fazem alusão às expressões “Tempo de coordenar”, “Tempo de mudar”

³⁵ Jornal do Brasil – RJ, Machado Sobrinho prevê que o atraso do Jequitinhonha vai criar graves problemas, 1971 - grifos nossos.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

e “*Tempo de aprender*”, todas elas aludindo à necessidade de transformação urgente de um “*vale da morte*”³⁶. Uma vez mais, a recorrência ao *tempo* é bastante sugestiva desse imaginário que concebe a realidade a partir de duas temporalidades. Neste caso, presente e passado articulam-se para ilustrar o contraste entre atraso e modernidade, o que nos remete também à citada dicotomia entre *litoral* e *sertão*, que está na base das matrizes de interpretação sobre o Brasil (Lima, 2013), porém rearticulados para pensar o atraso da região do Vale do Jequitinhonha (Servilha, 2015).

Como forma de apelar para tais contrastes, alguns discursos fazem uso de expressões de impacto para retratar o espanto diante de práticas terapêuticas e do uso de remédios tradicionais - “*chás e ervas cujas receitas passam dos mais velhos aos mais novos*” -, ainda existentes no “*Vale da Morte*”, utilizadas para tratar sintomas da peste bulbônica, esquistossomose, mal de Chagas, tracoma, verminoses, entre outras doenças, por si só, indicativas de atraso e decadência, conforme se lê na reportagem de 1968³⁷. Se nesta reportagem a solução residia em um “*Plano para uma Faculdade de Medicina do Norte de Minas*”, de autoria de Mário Ribeiro, cinco anos depois o “*Vale da pobreza e da miséria*” ressurge em meio à possibilidade de transformar-se no “*vale da Esperança*”, tendo em vista as políticas de reflorestamento facilitada aos empresários pela disponibilidade de matéria prima, mão de obra barata, estrutura e, não menos importante, pela proximidade com o órgão de desenvolvimento situado, nas palavras de Dom Sigaud, apenas “*do outro lado do rio*”.

Os empresários exultaram com a informação e comentaram: teremos nesta região madeira abundante, água, estrada, energia elétrica, mão de obra barata e a Sudene, do outro lado do rio.

É com gosto que dou esta notícia aos diretores, funcionários e leitores do JORNAL DO BRASIL. Porque o JORNAL DO BRASIL sempre se preocupou com os problemas do Brasil e, de modo especial, há anos vem se batendo pela redenção do Vale do Jequitinhonha. E agora pode ver os primeiros clarões da aurora que desponta no Vale da Miséria, que vai se transformando em Vale da Esperança (Sigaud, 1972 - grifos nossos).

Como se vê, a proposta de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha tinha na transformação do imaginário local, arcaico e atrasado, o complemento

³⁶ Jornal do Brasil – RJ, Montes Claros formará médicos para cuidar da própria região, 1968b.

³⁷ Jornal do Brasil – RJ, Montes Claros formará médicos para cuidar da própria região, 1968b.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

necessário das mudanças na estrutura econômica³⁸. Eram neutralizados, assim, em um só golpe, o atraso econômico e o atraso cultural. Em linhas gerais, duas formas de representação típicas do pensamento colonial.

No que se refere aos impactos reais das políticas públicas efetivamente implantadas no Vale do Jequitinhonha, em 1975 uma reportagem informa sobre um programa em andamento de ampliação de diferentes instalações do setor de saúde, de educação e de saneamento. Nela se vê que “(...) Serão instalados também 30 laboratórios de análise patológica, sendo um regional, dois distritais e 27 locais. Na área da educação serão construídas 132 unidades escolares³⁹.

Com o mesmo teor, uma reportagem de 1978 fala de um crescimento econômico real e da modernização da região com a presença de investimentos privados, sobretudo de empresas mineradoras e reflorestadoras. As representações sobre a dimensão desses projetos são expressas da seguinte forma:

De todas as 361 microrregiões brasileiras a mais pobre, segundo o critério de renda per capita do Censo de 1970, a Mineradora do Alto Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais, está hoje deixando sua condição de economia estagnada e primitiva para incorporar-se ao crescimento do país. Desde 1974 começou a se implantar ali o maior projeto de reflorestamento em área contínua do Brasil e, segundo seus habitantes, do mundo (...). Isso significou a criação de mais de 2 mil novos empregos diretos, com o pagamento de salários monetários raros na região; a chegada da energia hidrelétrica; o melhoramento das estradas e, pela atenção que a área conseguiu atrair do Governo, a construção de hospitais e escolas.⁴⁰

Assim, além de promover o aumento de empregos em um caso, levando à região a ultrapassar “sua condição de economia estagnada e primitiva”, as mesmas iniciativas teriam acarretado ainda mudanças no âmbito da saúde, a exemplo de

³⁸ Na prática, o resultado é uma evidente desqualificação de valores e saberes locais, contraposto a um conhecimento técnico naturalizado pela razão instrumental. Isso está na contramão daquilo que Batistella (2007) identificou como essencial no campo da Saúde Coletiva, isto é, a necessidade de pensar as diferentes concepções sobre doença e saúde ao longo da história em termos de coexistência, o que significa abandonar a visão evolucionista que tende a estabelecer uma hierarquia entre conhecimentos técnicos e tradicionais. Infelizmente, algo que indica a força de uma visão de Estado que seria incorporada pelos profissionais de saúde da região, inclusive nas décadas seguintes (Hemmi et al., 2020).

³⁹ Jornal do Brasil – RJ, Minas leva ao Jequitinhonha ensino, saúde e saneamento, 1975 - grifos nossos.

⁴⁰ Jornal do Brasil – RJ, Área mais pobre do país começa a conhecer moeda, 1978a - grifos nossos.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

um novo hospital de “*construção moderna e três vezes maior*” do que o antigo, que veio como resultado da presença das empresas reflorestadoras. As ambiguidades entre interesses públicos e privados, geradas pela presença de uma grande empresa de exploração minerária podem ser percebidas pela visão do prefeito da cidade de Grão Mogol, Domingos Maria de Vasconcelos, “*da Arena como todos os políticas da região*”, à qual a reportagem faz referência. Além de prefeito e médico, Vasconcelos é apresentado também como “*diretor dos dois hospitais da cidade, do velho hospital municipal e do novo, de construção moderna*”, sendo este último o de construção moderna citado acima. Por um lado, o prefeito se mostra otimista quanto à modernização advinda do reflorestamento, já que “*tinha famílias sem nenhum salário, e agora tem três ou quatro pessoas empregadas*”. Por outro,

*Manifesta no entanto certas mágoas em relação às companhias, principalmente em relação à Floresta Rio Doce: “eles não dão assistência médica, não constroem casas para os trabalhadores de salário mínimo. Eu era médico da Vale antes de ser prefeito”. (...) O que mais preocupa o prefeito, no entanto, é a desaceleração na atividade da Rio Doce: “Até o final do ano passado eles tinham mais de 2 mil pessoas empregadas, e hoje tem menos de 500. Tinham 6 engenheiros, e hoje tem um. Tinham 50 tratores e 15 máquinas de esteira, e mandaram tudo para o Sul”.*⁴¹

Aparentemente por motivos distintos, a percepção do fracasso do “*maior projeto de desenvolvimento em área continuada do Brasil*”, implantada pela Mineradora do Alto Jequitinhonha, era compartilhada pela população local. Pelo menos é o que sugere o seguinte trecho da mesma reportagem, embora sem apresentar diretamente as falas daqueles mais diretamente atingidos: “(...) O que os moradores parecem perceber com menos clareza é a *contrapartida desse tipo de ‘crescimento acelerado’ sobre uma região mais primitiva do que propriamente miserável*”⁴².

De fato, nem tudo parecia caminhar para a melhoria das condições de vida local. Na época já havia inclusive registros prévios de vozes dissonantes. Por exemplo, em 1974, a pouca efetividade de programas de combate às doenças sinalizava que as intervenções não salvaram a região das condições de doença e da mortalidade infantil, mesmo com investimentos significativos em programas de combate às endemias, financiados com recursos públicos e com a participação da U.S. Agency for International Development (USAID)⁴³. Utilizando-se

⁴¹ Jornal do Brasil – RJ, Área mais pobre do país começa a conhecer moeda, 1978a - grifos nossos.

⁴² Jornal do Brasil – RJ, Área mais pobre do país começa a conhecer moeda, 1978a - grifos nossos.

⁴³ A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento foi criada em 1961. A reportagem faz referência a “um programa de reforma” elaborado em 1971 pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, a Prefeitura [de Itacambira] a diaconia, a Usaid, o Peace Corps e a Codevale.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

de expressões “recursos inúteis”, “Bolsão de Chagas” a reportagem intitulada “Jequitinhonha continua sendo o Vale da Morte” afirma que “Os Cr\$ 10 milhões do programa de combate à doença de Chagas e outras endemias pouco alteraram a situação do vale do Jequitinhonha, onde as crianças ainda morrem de desnutrição e os adultos de esquistossomose e do mal de Chagas” (Lima e Waldemar Neto, 1974 - grifos nossos).

Percebe-se, no entanto, que, com o passar dos anos, especialmente entre 1978 e 1979, os discursos das reportagens mostram que a presença de empresas não veio acompanhada de mudanças substantivas nas condições sociais ou de redução dos níveis de doença. Assim, a ausência ou inoperância de ações do Estado ou das empresas passa a ser percebida como contrária às expectativas de redução de doenças e de desenvolvimento da região. O trecho a seguir vai ainda além, ao apontar uma denúncia do Sindicato dos Médicos acerca da má utilização do imaginário sanitarista e do nome de Carlos Chagas no contexto do combate à doença de Chagas no final dos anos 1970, que ainda acometia grande parte da população brasileira e, principalmente, o Vale do Jequitinhonha, destacado como uma “das piores áreas endêmicas do país”.

O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro não aceita a utilização da figura de Carlos Chagas como propaganda política demagógica quando, na realidade, os níveis endêmicos da doença de Chagas continuam afetando mais de 10 milhões de brasileiros” (...) na experiência recente do médico Emilio Mira y López, que passou um ano e quatro meses na cidade mineira de Comercinho, no Vale do Jequitinhonha - uma das piores áreas endêmicas do país - onde constatou “a total inoperância dos órgãos governamentais” quanto a única forma atualmente eficaz de prevenção da doença: a aplicação do inseticida BHC para eliminar os barbeiros transmissores.⁴⁴

No que se refere às críticas e às contradições no campo de desenvolvimento, um último ponto a ser destacado refere-se ao conteúdo de uma reportagem publicada em 1978, que é emblemática do que estamos tentando mostrar:

(...)“O fascínio pela cidade [de Jacinto] tomou conta de toda a população do Vale do Jequitinhonha, como quem descobrira o céu, fala a socióloga Marisiene Ferreira Napoleão de Barros. ‘As reflorestadoras trouxeram o dinheiro até a região, e o homem do Vale, despreparado culturalmente, está em lua de mel com o dinheiro: consome desregradamente coisas supérfluas que estão longe de suas reais necessidades. (...) Toda essa movimentação social, se é que a podemos chamar de desenvolvimento, diz o diretor da Codevale – Comissão do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Sr. Goulart

⁴⁴ Jornal do Brasil – RJ, Médico critica exploração demográfica em lugar de combate à doença de Chagas, 1979 - grifos nossos.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

Pessoa, vem provocando um inchamento dos centros urbanos, em especial dos núcleos regionais, com uma população paupérrima que ali se instala dentro de condições sociais baixíssimas, criando assim a figura da favela e do bóias frias, até então inexistentes no Vale. (...) – Vítima secular de um latifundiarismo improdutivo – comenta o médico Dário de Faria Tavares – O Vale do Jequitinhonha não deve ter nenhum programa tipo Sudene, que não gera emprego e nem absorve mão-de-obra local.

O ex-secretário da Saúde de Aureliano Chaves vê como forma de promover o desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha uma política sócio-econômica equilibrada e harmônica, sem quebra e interrupções e em sua implantação, mas lenta e gradual, capaz de levar à região uma bem estruturada infra-estrutura fundiária que retenha o homem no campo, de gerar empregos e permitir o surgimento de uma indústria compatível com a vocação regional.⁴⁵

Aqui estão condensados alguns aspectos relativos às políticas públicas que refletem o modo de intervenção do Estado e a agenda de desenvolvimento na região. A reportagem trata da eleição de dois políticos ligados à Arena⁴⁶, retratados como uma nova esperança para o pobre Vale do Jequitinhonha. No trecho citado, surgem críticas contundentes ao desenvolvimentismo local, iniciado há quinze anos da data da publicação. As expressões em destaque mostram claramente algumas consequências danosas dessa política, seja em razão do despreparo do “homem do vale” para fazer bom uso dos benefícios econômicos recebidos – que mais incentivaram o consumo de bens e serviços distantes das “reais necessidades” do povo da região –, seja pelo crescimento dos centros urbanos e seus problemas, inclusive a criação de favelas e da figura do “bóia-fria”, como consequência da concentração fundiária, o que em conjunto leva o secretário de saúde do estado a propor um tipo de desenvolvimento mais lento e condizente com a realidade local, portanto “compatível com a vocação regional”. O resultado é uma crítica direta aos programas do tipo daqueles promovidos pelas agências de desenvolvimento, como a Sudene.

Colocadas desta forma, as informações sobre os resultados dos projetos implantados no Vale do Jequitinhonha podem nos conduzir a questionamentos sobre ganhos e perdas das políticas desenvolvimentistas. Mas a questão central é outra. O tipo de contradição que se vê aqui, a partir dos excertos citados, mesmo em linhas gerais, embora sem dúvida ilustrativa das particularidades do processo local, é sintomático de uma dinâmica mais ampla e muito própria da agenda de desenvolvimento. Para voltarmos ao trabalho de Ferguson (2017), haveria

⁴⁵ Jornal do Brasil – RJ, Francelino é a esperança do pobre Jequitinhonha, 1978b - grifos nossos.

⁴⁶ Trata-se da Aliança Renovadora Nacional, partido político criado em 1966, de caráter conservador e alinhado com o governo que se instaurou no Brasil pelo golpe militar de 1964.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

poucos ganhos em se pensar em fracasso ou sucesso dos empreendimentos desenvolvimentistas, já que, no final das contas, trata-se, como já mencionado, de uma agenda antes comprometida com a expansão do aparato burocrático sobre determinado território. Nisso, o desenvolvimento é, sem dúvida, bem-sucedido, conforme amplamente demonstrado pelo autor em sua pesquisa sobre a “*indústria do desenvolvimento*” em Lesotho.

Muitas reportagens analisadas durante esta pesquisa demonstram apreço pelas instituições estatais e propõem abertamente sua expansão como parte da solução dos problemas, inclusive com apoio de organizações internacionais, conforme uma matéria de 1975, que fala da participação do Banco Mundial e do Governo Federal para a implantação de unidades sanitárias, minipostos de saúde, laboratório de análises patológicas, além das unidades escolares. A questão é colocada nos seguintes termos:

O Governo mineiro já está executando, com auxílio do Banco Mundial e do Governo federal, um programa imediato destinado a atender aos setores de saúde, saneamento e educação, em grande parte financiado por recursos federais. (...) O programa prevê, no setor de saúde, a implantação de 11 unidades sanitárias e mais de 72 minipostos, onde haverá permanentemente um técnico em saúde para atender aos casos mais urgentes.⁴⁷

O interessante na perspectiva antropológica de Ferguson (2017) é que a expansão do aparato estatal revela a face menos visível do desenvolvimento, não perceptível se adotarmos como ponto de partida apenas os “*fatos objetivos*”. Pois existe uma estrutura subjacente a tais processos, cujo resultado, do ponto de vista do planejamento estatal, pode levar a algo impensado. A análise do autor é devedora da perspectiva teórica de Foucault, que, ao analisar as prisões, revela a existência de efeitos não visíveis da perspectiva da “*intenção dos planejadores*” (“*planner's intentions*”). Efeitos, portanto, que poderiam ser interpretados como “*falhas*” (Ferguson, 2017, p. 19). É o caso revelado pela etnografia dos projetos de desenvolvimentos implantados sobretudo na zona rural de Lesotho, que permite entender a metáfora da “*máquina antipolítica*”, conforme se lê, em suma, no prefácio do livro com o mesmo nome:

The argument, in brief, is the following: ‘development’ institutions generate their own form of discourse, and this discourse simultaneously constructs Lesotho as a particular kind of object of knowledge, and creates a structure of knowledge around the object.

⁴⁷ Jornal do Brasil – RJ, Minas leva ao Jequitinhonha ensino, saúde e saneamento, 1975 - grifos nossos.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

Interventions are then organized on the basis of this structure of knowledge, which, while ‘failing’ on their own terms, nonetheless have regular effects, which includes the expansion and entrenchment of bureaucratic state power, side by side, with the projection or a representation of economic and social life which denies ‘politics’ and, to the extent that is successful, suspends its effects. The short answer to the question of what the ‘development’ apparatus is Lesotho does, then, is found in the book’s title: it is ‘an antipolitics machine’, depoliticizing everything it touches, everywhere whisking political realities out of sight, all the while performing, almost unnoticed, its own pre-eminently political operation of expanding bureaucratic state power (Ferguson, 2017, p. xiv; xv)⁴⁸.

É também o que sugere o caso analisado aqui. As considerações de Ferguson (2017) ajudam a dar outro sentido ao que muitos autores apontaram como os fracassos das propostas de desenvolvimento impostas pela Codevale⁴⁹. Algo percebido inclusive pelos agentes estatais, como se vê na reportagem de 1978, que denuncia a situação de uma região “que grita por socorro em vão há mais de 30 anos”. As críticas à Codevale são enfáticas: criada em 1964 “com a missão de em 20 anos elaborar e executar um plano de aproveitamento total de suas potencialidades econômicas”, o que na época teria reanimado “A luta pela redenção do Jequitinhonha”, a agência estatal se reduzia a uma instituição “que se arrasta há 14 anos pobre e mendigando recursos como a própria população do Vale do Jequitinhonha”.

Mas não só. Talvez em razão desses entraves, que impedia o cumprimento dos verdadeiros objetivos da agência, o jornal trata ainda de um “programa arquivado”, referindo-se a um projeto de criação de uma “Superintendência de desenvolvimento nacional, para a região do Vale do Jequitinhonha, Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo”, que deveria seguir e aprimorar o modelo da Codevale. Acreditando na viabilidade desse projeto de sua autoria, o deputado Murilo Badaró, no entanto, faz uma importante ressalva acerca dos possíveis impasses de uma política de desenvolvimento, conforme se lê nas páginas do jornal:

Mas [Badaró] entende que se deve levar em conta também os obstáculos institucionais e de tradição. “O processo de desenvolvimento traumatiza a área, provoca o desequilíbrio

⁴⁸ Reforçando o argumento apresentado no início deste trabalho sobre nossa percepção da categoria “Estado”, vale dizer que a expansão do aparato estatal, tal como analisada por Ferguson (2017), não significa o fortalecimento do Estado entendido como uma instituição centralizadora de poder. Nos termos do autor, “What is expanded is not the magnitude of the capabilities of ‘the state’, but the extent and reach of a particular kind of exercise of power” (Ferguson, p. 274) Daí a sua escolha pela metáfora da “máquina” como “an anonymous set of interrelations that only ends up having a kind of retrospective coherence” (p. 275).

⁴⁹ Vide Leite (2010); Santos (2018), Santos e Mattos (2019), Mattos (2021).

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

das lideranças, faz surgir novas forças políticas gerando um tipo de resistência permanente⁵⁰

Seja como for, se olharmos todo esse quadro de uma perspectiva mais ampla, em meio ao que parece ser um conjunto de contradições ou ineficiência das políticas de desenvolvimento, o que os discursos jornalísticos aqui analisados oferecem – ainda que limitados pelo recorte empírico que privilegiou apenas um jornal, embora um jornal importante e de grande circulação da antiga capital do Brasil – é a possibilidade de interpretar as práticas estatais no Vale do Jequitinhonha como um tipo de *administração do outro* que, ao alcançá-lo, o subordina⁵¹. O Estado, portanto, tal como aparece nos discursos e nas práticas desenvolvimentistas na região em tela, guarda alguma semelhança com a imagem percebida por Facina (2021), em seu posfácio a uma coletânea de textos voltados para a análise de diferentes aspectos das práticas estatais⁵². De forma convergente ao que estamos dizendo, a autora afirma: “*O Estado é o mal que reprime, viola direitos, silencia as manifestações culturais dos sujeitos periféricos e também fonte de expectativas de amparo, incentivo, proteção, reconhecimento e recursos*” (Facina, 2021, p. 535).

Comentários finais

A maneira pela qual os males no Vale do Jequitinhonha foram retratados em meados do século XX, no sentido de descobertas, sinalizam a atualização do imaginário sobre doenças evidenciado pelos sanitários brasileiros do início do século XX, a exemplo da doença de chagas e da esquistossomose. A ideia de um *Vale do Jequitinhonha Doente* – o termo é nosso – evoca não apenas a metáfora do “*Brasil Doente*”, utilizada por médicos e higienistas para descrever o interior do país (Lima e Hochman, 1996), como o situa em um tempo histórico de atraso e distanciamento dos centros de modernização do país⁵³. O que nos permite pensar

⁵⁰ Jornal do Brasil – RJ, Francelino é a esperança do pobre Jequitinhonha, 1978b.

⁵¹ Sobre esta questão vale citar novamente o trabalho de Maia (2012), que discute a transformação do Brasil Central em uma modalidade de “outro interno” a partir de um repertório cultural orientador das práticas estatais na região: “Num registro mais amplo, esse repertório modelou práticas estatais que tornaram o Brasil Central e seus personagens um ‘outro’ a ser racionalizado, numa espécie de orientalismo à brasileira, que está longe de ser um resquício histórico, como pretendo argumentar na conclusão” (Maia, 2012, pp. 173-174).

⁵² Vide Souza Lima; Castro (2021).

⁵³ Principalmente a capital de Minas Gerais (Servilha, 2015).

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

na dimensão de um espaço “*não colonizado*”, representado pelo sertão (Lima, 2013), a ser alcançado pela *assistência* do Estado.

Neste sentido, os discursos das reportagens aqui analisadas são suficientes para indicar o lugar da doença como *sintoma* do atraso econômico⁵⁴. Dito de outra forma, a morte por doenças conhecidas em décadas anteriores, passíveis de cura por tratamentos modernos, ajudaram a dar ao Vale do Jequitinhonha os contornos de um “problema nacional”, situando-o, não obstante, em um tempo histórico de “atraso” e subdesenvolvimento.

Em termos do debate mais atual, os dados aqui analisados indicam a origem de um conjunto de representações e de práticas coletivas sobre a saúde e a doença ainda persistentes. Basta lembrar que o Mal de Chagas, a esquistossomose, a hanseníase, entre outras doenças “impensáveis” para os discursos desenvolvimentistas da época, tornaram-se, em uma terminologia atual, “doenças negligenciadas” (Fernandes *et al.*, 2020, p. 341) que ainda acometem de forma importante a população do Vale do Jequitinhonha.

Disso se depreende que os valores que embasaram as políticas públicas de desenvolvimento no período analisado, muitos deles, como se viu, reproduzido nas falas de lideranças políticas locais, serviram de base a um conjunto de ações que melhor se revelam como dispositivos de poder estatal. Da maneira como foi apresentada, a expansão das práticas estatais no Vale do Jequitinhonha, iniciadas na década de 1960 sob o discurso do desenvolvimento e do combate à pobreza e às doenças endêmicas, mostrou-se condicionada acima de tudo pela institucionalização do conhecimento técnico-científico e pelo posterior incentivo de alocação de empresas na região. Na época, isso possibilitou a reprodução da crença na racionalidade de Estado pautada em uma ideologia tecnicista. Em termos mais gerais, é precisamente a crença na racionalidade técnica que, uma vez incorporada pelo discurso desenvolvimentista, gera como consequência a negação de sua dimensão política (Ferguson, 2017).

Foram criadas, assim, as bases para a reprodução de um tipo de conhecimento técnico atrelado ao controle estatal, cujos desdobramentos, porém, ainda não foram explorados em toda sua complexidade⁵⁵. Seja como for, nos

⁵⁴ O que justifica a metáfora médica dos *diagnósticos* (Godoy *et al.*, 2010) utilizados para identificação de problemas pelo Estado.

⁵⁵ Seria interessante abordar em pesquisas futuras o real impacto das políticas públicas no Vale do Jequitinhonha, em termos de reorganização das relações de poder decorrente da expansão da burocracia estatal. E, deste modo, discutir o papel da tecnocracia nas políticas de desenvolvimento

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

estudos realizados pela CODEVALE e outras agências de desenvolvimento, analisados por diferentes autores⁵⁶, e no imaginário reproduzido pelas reportagens de imprensa da época, o olhar sobre o Vale do Jequitinhonha obedece, desde o início, a parâmetros fornecidos *a priori*. De um lado, por um imaginário evocativo do passado, marcado por uma visão negativa do *interior* e do *sertão* do Brasil e pela possibilidade de sua redenção pelo saber especializado. De outro lado, por um tipo de saber organizado, próprio ao campo do desenvolvimento (Ferguson, 2017), que fundamenta as práticas econômicas de caráter modernizador, em parte ainda vigentes. Em todos os casos, formas de conhecimento que não estão isentas de valores políticos e ideológicos próprios de qualquer campo de poder. E, exatamente por isso, formas de conhecimento distanciadas da realidade vivenciada e dotada de sentido pela população local.

Referências

- Abrams, P. (1977). Notes on the difficulty of studying the state. *Journal of Historical Sociology*, Vol 1(1), (p.58-89).
- Amorim, D. A. B; Zemko, P. V. (2023). *O discurso da saúde e da doença como estratégia política no Vale do Jequitinhonha*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
- Barbosa, D. H. D y Barbosa, L. S. (2010). Elites técnicas, estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na era Vargas. *CADERNO CRH*, v. 23, n. 58, 111-128.
- Batistella, C. (2007). Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. Em M. V. G. Morosini; C. M. Martins. (Org.) *O território e o processo saúde-doença*, (p. 25-50). Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do Agente Comunitário de Saúde. EPSJV/Fiocruz, http://www.retsus.fiocruz.br/upload/documents/territorio_e_o_processo_2_livro_1.pdf.

implantadas na região. Para uma perspectiva mais ampla do tema, vale conferir o trabalho de Barbosa e Barbosa (2010), sobre o papel de agentes oriundos das principais escolas técnicas de Minas Gerais nas políticas de desenvolvimento do estado nas décadas de 1930 e 1940. Segundo os autores, a década de 1930 marca, não apenas no Brasil, o início do predomínio da razão instrumental como razão de Estado e a instrumentalização do saber científico como propulsor do desenvolvimento econômico.

⁵⁶ Vide, entre outros, Servilha (2015), Leite (2015) e Mattos (2021).

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

- Brasil, B. (2015). *Jornal do Brasil*. Hemeroteca Digital. 05/03/2015. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>.
- Campos, A. L. V. (2015). Mário Magalhães da Silveira e o sanitarismo desenvolvimentista. Em G. Hochman; N. T. Lima (Orgs.), *Médicos Intérpretes do Brasil* (p. 427-451). Hucitec Editora.
- Chammas, E. Z. (2012). *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo. doi: <https://doi.org/10.11606/D.8.2012.tde-13122012-101040>
- Escobar, A. (1997). *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Fundación Editorial el perro y la rana.
- Facina, A. (2021). O Estado são os outros? (posfácio). Em A. C. Souza Lima y C. G. Dias (Orgs.), *Maquinarias da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*, (p. 533-549). 7Letras.
- Ferguson, J. (2017). *The Antipolitics Machine: "Development", Depolitization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. University of Minnesota Press.
- Fernandes, F. (2010). A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina. F. Fernandes. Em *Circuitos Fechados: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*, (p. 139-199). Editora Globo.
- Fernandes, D. R. F.; Pires, H.H.R.; Firmes, M.P.R.; Ribeiro, G.C. (2020). Doenças Tropicais negligenciadas e as pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Em A.P. Hemmi; G. Máximo; H.H. Barroso y N. Tenuta (Orgs.), *Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha: temas, debates e reflexões*, (p. 341-371). Brazil Publishing.
- Godoy, M.M., D.H.D. Barbosa y L.S. Barbosa (2010). Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. *Nova Economia*, v. 20, (2), 343-388.
- Goodwin Junior, J. W. (2015) *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- Hemmi, A.P.A.; Pinto, N.C.; Nunes, A.P.N.; Ribeiro, G.C. (2020). Mapeamento de estudos sobre Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha. Em A.P. Hemmi; G. Máximo; H.H. Barroso y N. Tenuta (Orgs.), *Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha: temas, debates e reflexões*, (p. 93-111). Brazil Publishing.

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Hochman, G. (2012). *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. Hucitec Editora.

Jornal do Brasil. (1967). Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha. *Jornal do Brasil*, Ed. 35. (1º Caderno) 12/02/1967, p. 18. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/95707

Jornal do Brasil. (1968a). Mineiros se integram ao Rondon-III. Segundo Cliché. *Jornal do Brasil*. Ed. 220 (1º Caderno), domingo, 22/12/1968, p. 17. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&pagfis=127013

Jornal do Brasil. (1968b). Montes Claros formará médicos para cuidar da própria região. *Jornal do Brasil*, Ed. 00106. 11/08/1968, p. 30. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22vale%20do%20jequitinhonha%22&pasta=ano%201968\edicao%2000106&pagfis=119934.

Jornal do Brasil. (1969a). Rondon IV relata a péssima situação sócio-econômica e de saúde do Vale do Jequitinhonha. *Jornal do Brasil*, Ed. 00097, (1º Caderno), quarta-feira, (p. 18). 30/07/1969. https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=138162

Jornal do Brasil. (1969b). Vale da Miséria. *Jornal do Brasil*. Ed. 276 (1º Caderno), domingo, 02/03/1969, Capa. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&pagfis=130018

Jornal do Brasil. (1969c). Fome e doença matam milhões no rico vale do Jequitinhonha. *Jornal do Brasil*. Ed. 276 (1º Caderno), domingo, 02/03/1969, p. 14. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/130033.

Jornal do Brasil. (1969d). Minas Gerais. (Almenara, Leliveldia). *Jornal do Brasil*. Ed. 100. Sábado, 02/08/1969. Capa. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&pagfis=138284.

Jornal do Brasil. (1969e). UFMG quer 'campus' em Jequitinhonha. *Jornal do Brasil*. Ed. 114 (1º Caderno), Terça-feira, 19/08/1969, Nacional. p. 16. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&pagfis=139245.

ANDRÉ LUIS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

Jornal do Brasil. (1969f). Doença reúne prefeitos do Jequitinhonha. *Jornal do Brasil*. Ed. 167 (1º Caderno). 20/10/1969. p. 25. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22vale%20do%20jequitinhonha%22&pasta=ano%201969%5Cedicao%2000167&pagfis=142665.

Jornal do Brasil. (1971). Machado Sobrinho prevê que o atraso do Jequitinhonha vai criar graves problemas. *Jornal do Brasil*. Ed. 303 (1º Caderno), 31/03/1971, p. 13. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=207161.

Jornal do Brasil. (1975). Minas leva ao Jequitinhonha ensino, saúde e saneamento. *Jornal do Brasil*. Domingo, 23/11/75, 1º Caderno. Cidades. p. 35. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=66116.

Jornal do Brasil. (1978a). Área mais pobre do país começa a conhecer moeda. *Jornal do Brasil*, Ed. 183. 01/10/1978. p. 39. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=144844.

Jornal do Brasil. (1978b). Francelino é a esperança do pobre Jequitinhonha. *Jornal do Brasil*. Ed. 220 (Suplemento Especial), 14/11/1978, p. 14. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/147404.

Jornal do Brasil. (1979). Médico critica exploração demagógica em lugar de combate à doença de Chagas. *Jornal do Brasil*. Ed. 112 (1º Caderno), 29/07/1979, p. 31. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&pagfis=160776.

Leite, A. C. G. (2010). *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Dissertação Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo. Repositorio Institucional <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/>.

Leite, A. C. G. (2015). *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

DISCURSO DA DOENÇA, IMAGINÁRIO SANITARISTA E DESENVOLVIMENTO...

Universidade de São Paulo. doi:10.11606/T.8.2015.tde-05082015-124614.
Repositório Institucional www.teses.usp.br.

Lima, J.A. e Waldemar Neto (1974). Jequitinhonha continua sendo o vale da morte. *Jornal do Brasil*, Ed. 020, 28/04/1974. 1º Caderno, p. 32. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=33456.

Lima, N.T. (2013). *Um sertão chamado Brasil*. Hucitec.

Lima, N.T. e Hochman, G. (1996). Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. Em M.C. Maio; R.V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* [online], (p. 23-40). Editora FIOCRUZ; CCBB.

Maia, J. M. E (2012). *Estado, território e imaginação social: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV.

Mattos, A.B.; Foltram, R. (2017). Estado, Indigenismo e a Ditadura Militar no Brasil pós-64. Em A. B. Mattos; A.C. Paula; D. A. Ramos y T.C. Vale (Orgs.), *Ciências Humanas em Foco*, (p. 13-37). UFVJM.

Mattos, A.B. (2018). State and Development in the Jequitinhonha Valley: Considerations about the Relationship between State Knowledge and Public Policy. Em 18º Congresso Mundial de Antropologia (Iuaes). Conference Proceedings – Anais, v. 1, (p. 418-435). Tribo da Ilha.

Mattos, A.B. (2020). Estado e política pública no Vale do Jequitinhonha: uma crítica antropológica e programática. Em A.P. Hemmi; G. Máximo; H.H. Barroso y N. Tenuta (Orgs.), *Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha: temas, debates e reflexões*, (p. 19-37). Brazil Publishing.

Mattos, A.B. (2021). Estado e representação: prática estatais e desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha. Em A. Souza Lima y C.G. Dias (Orgs.). *Maquinarias da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*, (p.315-338). 7Letras.

Pacheco de Oliveira, J. (1987). Elementos para uma sociologia dos viajantes. Em J. Pacheco de Oliveira (Org.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*, (p. 84-148). UFRJ; Marco Zero.

ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS Y ANA PAULA AZEVEDO HEMMI

- Ponte, C.F. (s.d). Sanitarismo e os projetos de nação. Em C. F., Ponte; N. T., Lima; S. P., Kropf, *O Sanitarismo redescobre o Brasil* (vol 3). Fiocruz. https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/cap_3.pdf.
- Rist, G. (2008). *History of Development*. Zed Books.
- Santos, A. C. A. (2018). *A Codevale e o discurso desenvolvimentista do estado no vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980*. 2018. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Site do Programa de Mestrado em Ciências Humanas <http://site.ufvjm.edu.br/mpich/ano-2018-2/>.
- Santos, A.C.A.; Mattos, A.B. (2019). O discurso do desenvolvimento e a ação do Estado no Vale do Jequitinhonha. Em H.L. Bonadiman; F.V. Miguel; A.B. Mattos *et al.* *Diálogos interdisciplinares no Vale do Jequitinhonha*, (p. 155-177). CRV.
- Scott, J.C. (1998). *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale University Press.
- Servilha, M.M. (2015). *Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa. Consequência*.
- Sharma, A. e Gupta, A. (Eds.). (2006). *Anthropology of the State: a Reader*. Hoboken: Blackwell Publishing.
- Sigaud, D.G.P. (1972). Carta aos Leitores: reflorestamento I. *Jornal do Brasil*, Ed. 160, 27/09/1972. Capa. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Vale%20do%20Jequitinhonha%22&pagfis=246142.
- Souza Lima, A. C.; Dias, C. G. (2021). *Maquinarias da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. 7Letras.
- Souza Lima, A. C. e Castro, J. P. M. (2021). Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). Em A. C. Souza Lima. e C. G. Dias (Orgs.), *Maquinarias da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado* (p. 92-122). 7Letras.
- Souza, J.V.A. (2003). Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. *Unimontes Científica*, v. 5, (2), 1-21.
- Zhouri, A. e R. Oliveira (2007). Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente e Sociedade*, v. X, 119-135.